

Cerimónia de Lançamento do Livro “Desafios para Moçambique, 2010”

Apresentação Geral

por

Carlos Nuno Castel-Branco

O livro “Desafios para Moçambique, 2010”, que o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) hoje lança, é o primeiro do que se pretende venha a ser uma série de livros com o título genérico “Desafios para Moçambique”, que todos os anos o IESE lançará. Ao mesmo tempo que lançamos este primeiro livro, já estamos a trabalhar no conteúdo da edição 2011 dos “Desafios”. A publicação desta série pretende ser um contributo do IESE para as reflexões e os debates sobre o presente e o futuro de Moçambique.

A série é intitulada *Desafios para Moçambique* por várias razões. Por um lado, traz uma colectânea de reflexões e desafios nas esferas política, económica, social e internacional. Estes desafios e reflexões são construídos problematizando e discutindo, em cada um dos temas, onde é que o País se encontra, que dinâmicas dominam ou se interligam em cada assunto analisado, e o que é que a análise dessas dinâmicas sugere serem as possíveis direcções para construir diferentes cenários de futuro.

Por outro lado, os desafios discutidos na série são *para Moçambique* (e, por conseguinte, para os cidadãos de Moçambique) e não apenas para uma parte de Moçambique. Quer dizer, não são desafios apenas para o governo, ou para os académicos, ou para as organizações sociais ou para trabalhadores. São desafios para todos e para toda a sociedade. O desafio de pensar, discutir abertamente, avançar pontos de vista fundamentados na vida prática e na análise mais académica; o desafio de não cruzar os braços perante obstáculos e dificuldades e de não se deixar dominar pela complexidade, dificuldade ou risco associado com os problemas; o desafio de questionar o presente (as práticas, os modos de pensar e a interpretação do estado de coisas) pensando e acreditando em diferentes futuros possíveis; o desafio de identificar desafios, definir o que é prioritário, procurar caminhos novos; o desafio de fazer tudo isto de forma inclusiva, democrática e pluralista, estes e outros desafios pertencem a todos os cidadãos de Moçambique e são desafios permanentes.

A identificação de desafios reflecte escolhas, e estas reflectem pressões, interesses, aspirações, debates e conflitos sociais, económicos e políticos. Portanto, as escolhas de desafios apresentadas neste livro (e em todos os livros da série que venham a seguir) reflectem essas tensões e procura de abordagens que ajudem a mais claramente discutir e escolher opções de políticas públicas e sociais. Portanto, identificar os desafios é, em si, um desafio e, como tal, uma parte fundamental do debate sobre interpretações da realidade, prioridades, opções e direcções. Nenhuma escolha de desafios de desenvolvimento é neutra relativamente quer às pressões económicas e sociais concretas, quer aos interesses económicos e sociais que, invariavelmente, estão associados a tais pressões.

A implicação imediata deste ponto é que não há nenhuma razão para estarmos todos de acordo nem com os desafios identificados, nem com a forma como tais desafios são tratados. Nem tão pouco é intenção do IESE gerar um tal consenso impossível e desnecessário. O que pretendemos é ajudar a formar a agenda do debate e ajudar a informar esse debate, tornando-o cada vez mais útil para a prática de cidadania activa dos cidadãos de Moçambique.

O livro “Desafios para Moçambique, 2010”, cuja produção foi coordenada pelo Conselho Científico do IESE, é formado por quatro partes (política, economia, sociedade e Moçambique no Mundo) e contém 16 artigos elaborados por uma equipa de 22 investigadores. A produção do livro durou aproximadamente dez meses, desde a identificação dos temas e selecção dos autores até à impressão final.

A equipa de 22 autores inclui académicos de várias disciplinas (economistas, sociólogos, juristas, arquitectos, engenheiros, cientistas políticos, entre outras) e instituições (do IESE, de outros centros de investigação nacionais e de Universidades locais), activistas da sociedade civil, consultores, dirigentes empresariais e analistas de política pública. Logo, os artigos deste livro não são homogéneos: não desenvolvem as suas análises com base nas mesmas abordagens, paradigmas, leituras e metodologias, nem se apresentam com a mesma forma rigorosa e severa da academia. Alguns artigos reflectem experiências pessoais e institucionais descritas de forma mais empiricista, outros são o reflexo de opiniões construídas ao longo dos anos, e alguns são rigorosamente académicos. Desta variedade de focos, abordagens e experiências resulta que os autores não estão necessariamente de acordo uns com os outros, mas estas tensões não são mais do que o reflexo do mosaico em que Moçambique se reconstrói todos os dias. A riqueza desta contínua reconstrução e o direito inalienável a essa diferença resultam da prática de cidadania e temperam e forjam essa mesma cidadania.

Ao produzir este livro envolvendo uma larga rede de investigadores e analistas, também foi intenção do IESE ajudar a enriquecer as redes de investigação e reflexão colaborativa em Moçambique. Estas redes são o produto mais duradouro da investigação e, talvez, o seu resultado fundamental.

O título desta série, “Desafios para Moçambique”, já aponta para o primeiro grande desafio tratado neste primeiro livro, o da *mobilização, organização e participação política dos cidadãos*. A prática de cidadania é a forja dos cidadãos e de uma sociedade dinâmica, democrática e progressista. A cidadania não se circunscreve ao exercício do direito de voto, embora o inclua. A sua essência é a participação na reflexão, debate e luta política sobre as opções, caminhos e direcções para a vida política, económica, social e cultural, e a participação no exercício de influência directa sobre as decisões públicas e sociais, sua implementação, monitoria e avaliação. O amplo desenvolvimento da cidadania requer um ambiente de pluralismo, mas a cidadania é criada, temperada e forjada na luta pela conquista, contínua construção e defesa desse espaço plural.

Assim, a primeira parte do livro é dedicada a desafios de participação política. “*Até hoje, não conhecemos esses que elegemos*”. Com esta citação de um cidadão de Ancuabe, província de Cabo Delgado, Luís de Brito lança bases para uma discussão ampla e crítica do sistema eleitoral em Moçambique. “*O desafio da inclusão é provavelmente em termos políticos aquele que se coloca de forma mais urgente para a democratização da sociedade moçambicana na fase actual. Porém, deve ser entendido que inclusão não significa partilha de poder, de postos públicos, ou acesso a vantagens e recursos pelas forças políticas da oposição, como parece ser vista por alguns políticos e intelectuais, mas a definição de regras do jogo que permitam uma maior e mais efectiva representação dos interesses dos cidadãos em geral e, ao mesmo tempo, de diferentes grupos sociais com interesses específicos*.” (Luís de Brito 2009: pp 26). Esta secção inclui mais quatro artigos que desafiam o debate sobre aspectos particulares da democratização, cidadania, inclusão e participação política,

nomeadamente sobre: a governação local participativa, as organizações da sociedade civil, a gestão municipal e os meios de comunicação social.

A segunda parte do livro é focada em desafios económicos. Os relatórios do Governo de Moçambique (GdM) e dos seus principais parceiros bilaterais e multilaterais apresentam a economia de Moçambique como um exemplo de sucesso na promoção de rápido crescimento económico e redução da pobreza. O grau deste sucesso está associado com a magnitude das taxas de variação (por quanto é que a economia cresce ou a pobreza reduz) e a robustez do crescimento económico é assumida da aparente estabilidade dos indicadores monetários. Paradoxalmente, a economia nacional mantém elevadas taxas de dependência em relação a fluxos externos de capitais, tanto oficiais (ajuda externa) como privados (investimento directo estrangeiro e empréstimos no sistema bancário internacional). Mais de duas décadas após o início da implementação das medidas de estabilização e ajustamento estrutural em Moçambique, a estabilidade e a solidez dos indicadores monetários (inflação, taxa de câmbio) e estruturais (défice fiscal, défice da balança de pagamentos, reservas externas) continuam a depender da ajuda externa e da substituição do crédito doméstico para o investimento pelos fluxos externos de capital privado. Como é que este nível de dependência pode ser consistente com a história de sucesso e robustez que é contada todos os dias? Até que ponto é que a aparente estabilidade dos indicadores monetários e a aparente redução da pobreza não dependem mais dos fluxos externos de capitais do que da composição do crescimento económico? Se o investimento é tão dependente de fluxos externos de capitais, e estes reflectem sobretudo os interesses globais dos grandes investidores, que padrão de produção e comércio está sendo criado? Não será, a continuação desta dependência profunda, um indicador da fragilidade estrutural da base produtiva, comercial e fiscal da economia? Quais serão os impactos no comportamento e opções dos investidores nacionais das tentativas de gerir a massa monetária para estabilizar os indicadores monetários e estruturais por via da compensação dos fluxos externos de capital com recurso à esterilização da ajuda externa, aumento das reservas externas e outras medidas monetárias para enxugar a liquidez? Até que ponto é que tais efeitos não constroem as opções, o comportamento e os interesses dos agentes económicos nacionais, encorajando-os a optarem por actividades de alto retorno a curto prazo, a engajarem-se na luta por rendas relacionadas com política pública e capital estrangeiro?

Esta parte económica do livro inclui quatro artigos. O primeiro descreve os padrões de acumulação económica em Moçambique, na tentativa de compreender e explicar o paradoxo do sucesso dependente, analisar as suas implicações económicas e políticas e lançar o desafio da diversificação e articulação da economia e ampliação dos centros de acumulação (condição para se construir a independência económica e se gerarem padrões de produção e distribuição mais progressistas e benéficos para todos). O segundo artigo discute o desafio da diversificação e articulação da base económica focando a sua análise na problemática do desenvolvimento rural numa perspectiva de industrialização articulada do País. O terceiro artigo coloca a questão da terra no contexto do debate de desenvolvimento diversificado e amplo, e identifica e descreve o efeito dos conflitos sobre opções de desenvolvimento na natureza dos conflitos sobre a posse e utilização da terra. O quarto artigo discute desafios do financiamento da economia.

A terceira parte do livro aborda desafios sociais. O seu enfoque é o desafio da qualidade da educação como dinâmica e determinante fundamental da cidadania e do desenvolvimento mais geral de Moçambique. Assim, três dos cinco artigos desta parte são dedicados à qualidade da educação geral, formação profissional e educação universitária. O título de um dos artigos, *o desafio da leitura* (Buendia 2009), ilustra o grande ponto de partida deste debate. Como fazer o País ler, pois sem ler pouco ou nada mais é possível fazer. O primeiro artigo desta parte discute a reforma da justiça e o seu papel na cidadania e democratização, e o último discute um dos maiores desafios enfrentados por Moçambique, o da habitação, que se relaciona profundamente com a direcção das opções de

desenvolvimento económico e social e reflecte a pressão gerada pela crescente e acelerada concentração da população do País nas zonas peri-urbanas.

A quarta parte do livro discute desafios derivados da relação entre Moçambique e o Mundo, os quais estão organicamente ligados com as opções escolhidas por Moçambique e com as possibilidades de Moçambique escolher tais opções. Discutindo as recentes relações económicas com a China e uma perspectiva de Moçambique no Mundo, os dois artigos desta parte lançam bases para investigação, reflexão e debates muito mais profundos.

Como já foi mencionado, este livro tem a intenção de contribuir para um debate contínuo lançando alguns desafios de reflexão sobre o desenvolvimento em Moçambique. Um desafio foi já vencido – o de aceitar a complexa tarefa de produzir este livro a partir de uma tal pluralidade de abordagens e assuntos. O desafio seguinte será tornar o debate tão abrangente, inclusivo, pluralista, multidisciplinar, heterodoxo, inovador e útil quanto o possível. Este é um dos papéis fundamentais dos intelectuais e investigadores na luta pela conquista, construção e exercício da cidadania em Moçambique.

Não poderia terminar a minha apresentação inicial sem manifestar o sincero e profundo agradecimento do IESE a todos os que tornaram este livro possível: os financiadores (Noruega, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Finlândia e Suíça), a coordenadora editorial (Marimbique) e editor executivo (Nelson Saúte) e os autores dos 16 artigos sem os quais a produção deste livro estaria ainda e apenas na fase de desafio.

Muito obrigado.

Maputo, 22 de Fevereiro de 2010

Cerimónia de Lançamento do Livro “Desafios para Moçambique, 2010”

Apresentação da II parte do livro: Desafios de Construção de uma Economia Sustentável

por

Rogério Ossemane (IESE)

A segunda parte do livro aborda os desafios da construção de uma economia sustentável. Esta parte é composta por 4 artigos que, apesar de escritos independentemente, representam partes interligadas que em conjunto contribuem para identificação dos constrangimentos e desafios de desenvolvimento económico a diferentes níveis. Apesar de não serem abordados em detalhe todos aspectos cruciais para o crescimento sustentável, esta discussão tem o mérito de partir de uma visão geral dos desafios de desenvolvimento, seguida da análise mais em detalhe de algumas das questões e opções básicas para atacar estes desafios mais gerais.

Esta parte questiona o paradoxo do sucesso dependente e incapaz de gerar significativas mudanças estruturais na economia. Um conjunto de questões, assentes na análise das dinâmicas económicas do país, colocam em evidência as fraquezas estruturais da economia nacional e iluminam as questões, opções e desafios chave para sustentabilidade económica, social, ambiental e política do padrão de crescimento: Quão sustentável pode ser um crescimento largamente sustentado pelo exterior e sem evidências de se estar a caminhar para redução dessa dependência? Quão sustentável pode ser um crescimento assente numa economia extractiva, isto é, uma economia que exporta o que produz com baixo nível de processamento e importa processado o que consome? Quão sustentável pode ser uma economia altamente porosa, isto é com fraca capacidade de reter a riqueza que gera como resultado das suas fracas ligações fiscais e produtivas?

O primeiro artigo desta parte faz uma análise geral das dinâmicas de crescimento e de estabilidade da economia e daí identifica os desafios mais globais de desenvolvimento da economia nacional. Da sua análise o artigo identifica um padrão de crescimento da economia como geradora de crises cíclicas de retracção como resultado de períodos de crescimento assentes em dinâmicas geradoras de permanente instabilidade estrutural. Desta forma, os desafios para construção de uma economia sustentável passam por romper com a sua natureza extractiva, concentrada e, por consequência, instável e porosa. Estes desafios são: (i) diversificação, articulação da produção, logística, comércio e finanças, e ampliação da base social e regional de acumulação e distribuição; (ii) gestão e

aproveitamento racional das dinâmicas e tendências de desenvolvimento do complexo mineral-energético e dos fluxos de ajuda externa; (iii) construção da estabilidade macroeconómica de longo prazo, assente numa estrutura diversificada, competitiva e articulada de produção e comércio e independente da ajuda externa; e (iv) a apropriação pelo Estado das rendas dos recursos e outras que permitam realizar as mudanças económicas, sociais e políticas, incluindo a direcção e amplitude dos centros de acumulação e padrões de distribuição.

O segundo artigo, apresenta o desenvolvimento rural como uma das opções básicas para enfrentar estes desafios. Construindo o raciocínio através da formulação de um conjunto de postulados sobre como pensar nos desafios do desenvolvimento rural em Moçambique, o artigo procede a derivação lógica dos postulados e respectivas implicações de política. Os dois primeiros postulados defendem que o desenvolvimento rural, entendido como o processo de industrialização rural, deve ser o foco de articulação e o centro de gravidade da estratégia nacional de desenvolvimento. Para além destes postulados, cinco outros são desenvolvidos procurando identificar os principais dilemas e critérios socioeconómicos para análise da industrialização rural e estabelecer a relação entre o desenvolvimento rural e as ligações intersectoriais, as mudanças institucionais, e a reestruturação das relações externas, como aspectos cruciais na moldagem do padrão e ritmo de industrialização articulada da economia.

O terceiro artigo olha para a expansão acelerada da exploração mineira que se tem registado na última década no país e para as pressões e conflitos resultantes em torno dos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra. Ao fazer isto, são levantadas algumas questões sobre as implicações das medidas que têm sido adoptadas, no sentido de amenizar os conflitos atinentes. O artigo chama atenção para o facto da actividade mineira merecer prioridade legal em relação a outros usos da terra, sob o fundamento de que as operações mineiras resultam num benefício socioeconómico superior. Isto tem gerado situações de desalojamento de populações e de eliminação da possibilidade de desenvolvimento de outras actividades económicas para as mesmas. Visando compensar por este facto, os projectos mineiros em geral trazem a promessa de apoiar os planos de reassentamento das populações, garantias de ressarcimento pelos danos e perdas sofridos, oferta de emprego, construção e melhoria de infra-estruturas sociais, isto aliado a intenção do Estado de manter na comunidade uma verba resultante das explorações mineiras para o desenvolvimento de actividades de benefício local. No entanto, a evidência mostra que o cumprimento destas promessas tem estado bastante aquém do desejado, e, mais grave ainda, a fraca articulação estratégica entre as actividades mineiras e o resto da economia, sugere um cenário de agravamento das condições de concentração, desarticulação e porosidade da economia. Esta fraca articulação faz dos projectos de exploração mineira uma ameaça

de esgotamento de recursos sem o desenvolvimento de novas oportunidades e capacidades para o futuro.

O quarto artigo aborda a questão das fontes do financiamento ao desenvolvimento. O artigo mostra que não só a capacidade doméstica actual de financiamento a economia é irrisória para as necessidades existentes, como não existem ainda indicações de se estar a caminhar para redução desta fraqueza e da respectiva dependência em recursos externos. Desta forma, o artigo partilha da visão da necessidade de mudança do padrão de crescimento com mudança do paradigma político, social incluindo o quadro de valores prevalecentes.

Como se pode depreender os quatro artigos partilham da visão de que o modelo de “sucesso” económico actual não contribui para resolver várias das fraquezas estruturais da economia e que mudanças radicais são indispensáveis para o crescimento sustentável do país. No entanto, o padrão de acumulação reflecte os conflitos, tensões, e pressões em permanente construção e, portanto, os desafios que são identificados e a forma de os abordar também reflectem essas mesmas dinâmicas. Como tal, nem todos os artigos desta parte são consensuais na identificação dos desafios prioritários e maneiras de os abordar e muito menos o são as diferentes sensibilidades da sociedade. Neste sentido, não é objectivo desta parte trazer uma receita única para transformação do padrão de acumulação. O objectivo principal desta parte é de contribuir para explicar as causas dos padrões existentes e as dinâmicas sociais, políticas e económicas que emergem de tais padrões e, desta forma, identificar os processos políticos e sociais reais através dos quais os padrões económicos podem ser mudados. É neste sentido que se concentra o valor adicional desta parte do livro, como contributo para o reforço da cidadania nacional participando no pensar a economia e a sociedade e informando construtivamente o debate sobre os desafios de construção de uma economia sustentável.

Muito Obrigado,

Maputo, 22 de Fevereiro de 2010